

RECURSO ESPECIAL Nº 1.556.633 - SP (2015/0237701-3)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
RECORRENTE : ELIO FERNANDES DAS NEVES
RECORRENTE : CARLOS ALBERTO DOS SANTOS
ADVOGADOS : CARLOS ALBERTO DOS SANTOS (DENUNCIADA À
LIDE) - SP141614
ELIO FERNANDES DAS NEVES (EM CAUSA PRÓPRIA) E
OUTROS - SP138492
RECORRIDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DECISÃO

PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. OS VALORES PAGOS ADMINISTRATIVAMENTE APÓS O AJUIZAMENTO DA AÇÃO DEVEM COMPOR A BASE DE CÁLCULO DO PAGAMENTO DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. RECURSO ESPECIAL DOS PARTICULARES PROVIDO.

1. Trata-se de Recurso Especial interposto por ELIO FERNANDES DAS NEVES e outro, com base nas alíneas *a* e *c* do art. 105, III, da Carta Magna, contra Acórdão do Tribunal Regional Federal da 3a. Região, assim ementado:

PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO LEGAL. ART. 557 DO CPC. PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO. DESCABIMENTO. AGRAVO DESPROVIDO.

1. No caso, não há que se falar em prosseguimento da execução referente à verba honorária de sucumbência fixada no título judicial, já que o exequente renunciou ao crédito em razão de ter optado pelo recebimento do benefício concedido na via administrativa por ser este mais vantajoso, inexistindo, assim, diferenças relativas às prestações estabelecidas no título judicial.

2. Mantida a decisão que entendeu estar extinta a execução na forma prevista no art. 794, inciso III, do CPC.

4. Agravo legal a que se nega provimento.

2. Sustentam os recorrentes em seu Apelo Especial, além de dissídio jurisprudencial, que a base de cálculo dos honorários advocatícios deve abranger os valores pagos administrativamente.

3. É o relatório.

4. Sustentam os recorrentes, em preliminar, negativa de prestação jurisdicional. O inconformismo não prospera, porquanto a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Colegiado de origem, que sobre ela emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão dos recorrentes. É de salientar que, tendo encontrado motivação suficiente para fundar a decisão, não fica o Órgão julgador obrigado a responder, um a um, os questionamentos suscitados pelas partes.

5. No mais, o acórdão recorrido está em confronto com o entendimento desta Corte de que os valores pagos administrativamente ao autor durante o processo de conhecimento **não devem ser excluídos da base de cálculo da verba honorária fixada na sentença exequenda**. Nesse sentido, os seguintes julgados:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. SERVIDOR PÚBLICO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. BASE DE CÁLCULO. INCLUSÃO DE VALORES PAGOS ADMINISTRATIVAMENTE. POSSIBILIDADE.

1. *Não se conhece do Recurso Especial em relação à ofensa ao art. 535 do CPC quando a parte não aponta, de forma clara, o vício em que teria incorrido o acórdão impugnado. Aplicação, por analogia, da Súmula 284/STF.*

2. *O Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento de que os pagamentos efetuados na via administrativa após a citação devem integrar a base de cálculo dos honorários advocatícios.*

3. *Recurso Especial não provido. (REsp. 1.511.747/CE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, DJe 31.3.2015).*

2 2 2

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. BASE DE CÁLCULO. INCLUSÃO DE VALORES PAGOS ADMINISTRATIVAMENTE. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. *A decisão ora agravada deve ser mantida pelos seus próprios fundamentos, pois aplicou a jurisprudência firme do Superior Tribunal de Justiça de que os pagamentos efetuados na via administrativa após a citação devem integrar a base de cálculo dos honorários advocatícios.*

2. *Agravo regimental não provido. (AgRg no REsp. 1.408.383/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 4.12.2013).*

2 2 2

PROCESSUAL CIVIL. BASE DE CÁLCULO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. VALORES PAGOS ADMINISTRATIVAMENTE.

1. *"Esta Corte tem entendimento pacífico de que os pagamentos efetuados na via administrativa equivalem a reconhecimento do pedido efetuado pela parte que pagou, devendo ser compensados na fase de liquidação do julgado, entretanto, devem integrar a base de cálculo dos honorários" (AgREsp 1.241.913/RS, Rel. Ministro Humberto Martins, DJe 04.11.11).*

2. *Agravo regimental não provido (AgRg no REsp. 1.259.782/PE, Rel. Min. CASTRO MEIRA, DJe 14.6.2012).*

2 2 2

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. BASE DE CÁLCULO. VALORES PAGOS ADMINISTRATIVAMENTE. EXCLUSÃO. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. GRAU DE SUCUMBIMENTO. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7 DO STJ. ACORDO ADMINISTRATIVO FIRMADO ANTES DA MP 2.169/01. INEXISTÊNCIA DE DEMANDA INDIVIDUAL. HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL. DESNECESSIDADE. PRECEDENTES.

1. *Os honorários sucumbenciais devem incidir sobre a totalidade dos valores devidos, não sendo cabível excluir da sua base de cálculo os valores pagos na esfera administrativa.*

2. *É desnecessária a homologação judicial de acordo administrativo firmado anteriormente à MP 2.169/01, se na ocasião não havia demanda judicial entre o servidor e a Administração.*

3. *Agravos regimentais desprovidos (AgRg nos EDcl no REsp. 1.213.473/PR, Rel. Min. TEORI ALBINO ZAVASCKI, DJe 30.3.2012).*

6. Ante o exposto, dá-se provimento ao Recurso Especial dos Particulares, para restaurar a sentença.

7. Publique-se.

8. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 02 de abril de 2019.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

